

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • março de 2019



É TEMPO DE MARCHAR, UNIDOS PELO BRASIL.

Palavra do presidente

Chegaremos, em poucos dias, à 22ª edição da ***Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios***. Esperamos contar com a presença massiva de prefeitos, vereadores, secretários e demais municipalistas no maior evento político do país. Entre os dias 8 e 11 de abril, nós estaremos com gestores de todo o Brasil e autoridades dos Três Poderes.

Dia a dia, apresentamos a pauta prioritária dos Municípios – que é consolidada e acertada nos encontros do nosso Conselho Político. Aliás, é preciso destacar que a participação dos representantes das 26 unidades da Federação também é fator importante na solidificação dessa representatividade.

A aprovação da nova previdência é urgente. Sabemos da nossa capacidade técnica, abrangência e união para ajudar nas reformas necessárias, e seremos parceiros nas propostas que promovam

mudanças justas e equilibradas.

O bom diálogo que estamos construindo junto ao governo federal e ao Congresso Nacional é a prova de que a Confederação Nacional de Municípios é reconhecida como principal representante do movimento municipalista na luta para fortalecer a gestão local. Os encontros com ministros e parlamentares foram essenciais para que pudéssemos mostrar a força de um movimento consolidado, que edificamos ao longo de tantos anos.

Faça parte e ajude a construir a história do movimento municipalista brasileiro

Glademir Aroldi
Presidente da CNM



Família Municipalista

Visita de gestores à sede da CNM

 ALÍRIO MISTURA Prefeito de Francisco Alves/PR	 ANDRE GOMES Prefeito de Boa Vista/PB	 CAMILLE DE VASCONCELOS Prefeita de Vigia de Nazaré/PA	 CARLOS JOSÉ DA SILVA Prefeito Cantá/RR	 CELSO CASAGRANDE Prefeito de Anta Gorda/RS	 CELSO MATIELLO Prefeito de União do Oeste/SC	 CÉSAR CAETANO Prefeito de Carmo do Paranaíba/MG	
 CLÓVIS SALDANHA Prefeito de S. Gabriel da Cachoeira/AM	 DAVID RAMOS Prefeito de Girau do Ponciano/AL	 DIEGO FERNANDO ALVES Vereador de Chapecó/SC	 EDUARDO CORRÊA SOTANA Prefeito de Maracá/SP	 FERNANDES BARATELA vice-Prefeito de Tarumã/SP	 FRANCISCO NASCIMENTO Prefeito de Lago Verde/MA	 FRANCISCO RODRIGUES Prefeito de Pacajá/PA	
 Glauber Burtet Prefeito de Caxambu do Sul/SC	 HUGO LOPES Prefeito de Estrela do Indaia/MG	 ISNAR FRESCHI Prefeito de Saratuíá/SP	 IVANOR SFREDDO Vereador de Caxambu do Sul/SC	 JARBAS MARTINI Prefeito de Itaqui/RS	 JEAN CARLOS NYLAND Prefeito de Iraceminha/PR	 JESSÉ FREITAS Prefeito de Santana/RN	
 JOSÉ RICARDO Prefeito de Igarapava/SP	 MARCIO MARCOLINO Prefeito de Brasília do Sul/PR	 MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA Prefeito Orungaba/SP	 MARIA ORLANDA Prefeita de Olapoque/AP	 MOACIR VALENTINI Prefeito de Jussara/PR	 MYRIAN OLIVEIRA Prefeita de Canápolis/BA	 OSCAR GOZZI Prefeito de Tarumã/SP	
 PEDRO SILVA Prefeito de São Domingos/SE	 RAFAEL CALEFFI Prefeito de São Lourenço do Oeste/PR	 RENALDO MÜLLER Prefeito de Riqueza/SC	 ROBERTO SILVA MAUES Prefeito de Paulino Neves/MA	 RODRIGO VIANA Prefeito de Trajano de Moraes/RJ	 RUDI MIGUEL SANDER Prefeito de São Carlos/SC	 SIDNEI JOSE WILLINGHOFER Prefeito de Flor do Sertão/SC	
 VETER MARTINS Vice-Prefeito de Aparecida de Goiânia/GO	 WILTON SILVA Prefeito de Malacacheta/MG	 <p>Visite o lounge municipalista na sede da CNM, em Brasília/DF</p>				<p>Computador, wi-fi, café, salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.</p>	

Entrevista

Para presidente do Senado, pleitos da gestão local serão prioridade

Presidente do Senado eleito para o biênio 2019-2020, Davi Alcolumbre (DEM-AP) tem histórico na gestão municipal. Iniciou a trajetória política como vereador de Macapá, em 2000, e foi secretário de Obras da capital do Estado. Em 2002, elegeu-se deputado federal, cargo que ocupou por três mandatos consecutivos, até 2014. No Senado, presidiu a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e participou de colegiados como a Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial e da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Em entrevista à *Agência CNM de Notícias*, ele confirmou a priorização da nova previdência, por parte da Presidência da Casa, e as expectativas para outros pleitos importantes à gestão municipal, como a revisão do pacto federativo e do sistema tributário. Quanto à *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, Alcolumbre reconheceu o peso do evento para a política nacional. “Será um momento de mais diálogo e entendimento entre o Parlamento e milhares de prefeitos que reivindicam novas diretrizes legais e mais recursos para promoção do desenvolvimento local”, concluiu.

A revisão do pacto federativo é uma promessa do novo governo. Enquanto presidente do Senado, qual a prioridade para as demandas mais urgentes para a gestão local?

Como presidente do Congresso Nacional, minha missão é colaborar com o desenvolvimento do Brasil. Como presidente do Senado da República, que é a casa da Federação, não posso deixar de valorizar os Estados e os Municípios, trabalhando pelo equilíbrio das contas públicas e a consequente retomada do crescimento econômico e social. Tive a oportunidade de participar do último Fórum de Governadores em Brasília, quando disse a todos os chefes dos Executivos estaduais que o Congresso Nacional está em sintonia com as angústias que afligem a gestão de cada governador e busca as soluções. Neste momento, o meu sentimento é de que o Parlamento se concentre em votar a reforma da Previdência. A mudança no atual sistema previdenciário será um grande alívio para Estados e Municípios endividados.



Divulgação

Em que momentos o Congresso Nacional enfrentará temas como Nova Previdência e Reforma Tributária?

A reforma da previdência foi entregue ao Congresso Nacional pelo próprio presidente Jair Bolsonaro no dia 20 de fevereiro. A partir desse momento, nós, parlamentares, tomamos conhecimento do texto e começamos a nos empenhar nas mudanças propostas pelo Executivo. A Câmara dos Deputados é quem vai analisar primeiro o texto, só depois que a matéria for aprovada lá é que será encaminhada para o Senado, mas, para agilizar o processo de votação, eu determinei a formação de uma comissão de senadores para acompanhar, passo a passo, os debates ainda na Câmara. Os senadores que participarem dos debates terão apenas poder sugestivo dentro da comissão, de forma que, quando o texto chegar ao Senado, já teremos um texto mais consensual entre as duas casas. O debate será amplo também entre os senadores. Quanto à reforma tributária, ela é igualmente importante para motivar milhares de empreendedores que geram emprego no país e se encontram em dificuldades em razão da burocracia fiscal. Certamente, a reforma está no horizonte de votações, mas não é possível precisar um prazo.

O que significará a máxima “Mais Brasil e Menos Brasília” para o Parlamento?

Essa expressão vai ao encontro da revisão do pacto federativo. Eu entendo que é um incentivo à descentralização dos recursos da União e a maior autonomia para os Entes federados na formulação das políticas públicas que afetam os cidadãos em cada cidade. Precisamos re-discutir o modelo tributário que concentra o dinheiro dos impostos no governo central e obriga Estados e Municípios a pedir a ampliação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como forma de ampliar as receitas. Sem equilíbrio fiscal, é impossível para o gestor público fazer frente aos gastos crescentes de previdência, folha de pagamentos, saúde, educação e segurança pública. É preciso repensar o pacto federativo para repensar um Brasil mais desenvolvido.

Entendendo a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios como espaço de conquistas na democracia brasileira, quais avanços podemos esperar do Senado nesta edição?

A Marcha é um evento importante e a deste ano se torna muito representativa porque marca o primeiro ciclo de decisões desta nova onda política que tomou conta do país. Nas últimas eleições, os brasileiros deram um recado, sinalizando mudanças e o fim da política tradicional, que não beneficiou em nada o cidadão. Será um momento de mais diálogo e entendimento entre o Parlamento e milhares de prefeitos que reivindicam novas diretrizes legais e mais recursos para a promoção do desenvolvimento local.

Qual o papel da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios?

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Pacto Federativo foi criada a pedido do deputado federal Silvío Costa Filho e será formada por deputados e senadores. Uma vez que esse grupo representa uma oportunidade a mais do Legislativo para aprimorar as relações federativas, minha intenção é fortalecer o trabalho da Frente, facilitando o diálogo e o entendimento entre os parlamentares e os Executivos locais e federal.


Campanha

Interiorização: uma causa humanitária

Humanização é a palavra que norteia a ação articulada entre a CNM, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), representantes da sociedade civil e governo federal. Desde janeiro, a entidade vem cooperando com diversos atores na questão social que aflige os Municípios, principalmente do Norte do país.

O papel da Confederação nessa parceria é de sensibilizar os gestores municipais para a importância da **interiorização**. Para o presidente da entidade, Glademir Aroldi, abrigar os nossos vizinhos e oferecer melhores oportunidades de inserção socioeconômica aos migrantes venezuelanos em todo o país é uma questão humanitária. “A situação econômica dos Municípios é delicada, mas esse é um tema prioritário e merece o esforço de todos para dar uma resposta”, avaliou.

A CNM se soma a essa ação que, em pequena escala, já vem sendo desenvolvida pelo governo, por Agências da ONU e organizações da sociedade civil desde 2016. Até janeiro de 2019, mais de 4.500 pessoas foram voluntariamente realocadas para aproximadamente 60 Municípios brasileiros em 17 Estados.

A importância da ação foi destaque na reunião do Conselho Político da CNM. Os presidentes das entidades estaduais se sensibilizaram com a causa ao ouvirem alguns depoimentos de pessoas que trabalham no projeto.

A interiorização é o deslocamento voluntário de venezuelanos abrigados em Roraima para outras localidades do Brasil, sendo um dos eixos fundamentais da resposta humanitária ao maior fluxo populacional da história recente da América Latina e do Caribe.



Ag. CNM



Ag. CNM

Além disso, o assunto também foi tratado em uma nova reunião na Casa Civil com o ministro-chefe Onyx Lorenzoni e o ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, junto com representantes dos 26 Estados da Federação.

Entenda as etapas

Para apoiar a gestão municipal na inserção social e profissional dos migrantes no Município, o governo criou um pacote de incentivos que abrange as políticas, as estratégias e os programas sociais, bem como os projetos estruturantes. O Ente interessado deve buscar mais informações sobre o processo de adesão e os incentivos federais para, em seguida, adotar as medidas necessárias e assinar o termo de voluntariado, que ainda deve ser elaborado pelo governo.



CAMPANHA DE
INTERIORIZAÇÃO
+ HUMANA



Artigo

A nova previdência é municipalista?

O Brasil se encontra em uma encruzilhada em 2019. Se por um lado o país possui um grande potencial para crescer nos próximos anos e melhorar a vida de sua gente, por outro a recessão e a inflação esperam para voltar. A ponte que divide um caminho do outro tem vários temas a serem resolvidos, mas um deles é crucial: a Nova da Previdência.

Construímos umas das maiores redes de proteção previdenciária do mundo, conquista que nenhum país emergente foi capaz. A Previdência alcança todos os Municípios do território nacional e protege os trabalhadores brasileiros e suas famílias de diversos riscos. A Seguridade Social virtualmente erradicou a pobreza entre idosos. Entretanto, o veloz processo de envelhecimento da população exige a revisão das regras previdenciárias que escolhemos no passado. A Previdência já consome mais da metade do orçamento da União, sobrando pouco espaço para a educação, a saúde, a infraestrutura, e provocando uma expansão insustentável de nossa dívida e seus juros. Precisamos de um novo pacto. Em apenas uma década, a Previdência consumirá 80% dos gastos do governo federal. O Estado brasileiro não pode se reduzir a uma grande folha de pagamento.

Defendemos a determinação constitucional de modelo de saldamento do passivo atuarial dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores (RPPS), englobando aporte de ativos, gestão previdenciária fora do setor público e definição que futuros déficits serão equacionados como nos fundos de pensão das estatais: meio a meio. Na mesma linha, entendemos que deve ser dada autorização para elevação ou redução da alíquota previdenciária básica, de acordo com a necessidade para garantir equilíbrio atuarial, permitindo a progressividade da alíquota, desvinculando a alíquota dos Municípios da alíquota da União, podendo, portanto, ser menor ou maior conforme a situação atuarial do regime. Se o Município tem previdência equili-



brada não precisa subir a alíquota simplesmente porque a União subiu. Se o servidor tem salário baixo, o Município poderia cobrar uma alíquota menor.

Também entendemos que é fundamental estabelecer uma regra de transição mais dura para a garantia de integralidade e paridade, mediante preenchimento dos requisitos de tempo de contribuição e idade; determinar a aplicação dessas regras a todos os servidores civis da União, Estados e Municípios (aplica-se, portanto, a juizes, procuradores, promotores, diplomatas etc.); estabelecer que agentes políticos (parlamentares, prefeitos, governadores e presidente da República) estejam submetidos ao RGPS; e definir que toda alteração nos planos de cargos e salários deve ser precedida de avaliação do impacto atuarial no RPPS e comprovação de que não afetará o limite máximo de gastos com pessoal da LRF.

Por fim, defendemos uma regulamentação mais clara e justa da compensação previdenciária entre os regimes; fim da incidência do Pasep sobre os RPPS; definição de regras de fiscalização e de investimentos dos ativos garantidores dos RPPS similar às dos fundos de previdência complementar fechados; e criação de um órgão colegiado com participação de representantes dos Estados e dos

Municípios para regulamentar o funcionamento dos RPPS, tal qual ocorre com a previdência complementar fechada.

Sendo assim, a nova previdência é sim municipalista, e os Municípios devem apoiar a reforma previdenciária com toda sua energia, visto que nenhuma outra medida terá impacto tão grande e imediato. Aqueles que já têm RPPS terão suas alíquotas patronais reduzidas substancialmente já em 2020. Aqueles que não têm RPPS devem criar logo após a reforma, visto que terão um custo menor do que no INSS. Além disso, todos os Municípios se beneficiarão pelo fato de a União poder investir mais em infraestrutura urbana, saúde e educação, além do aumento de arrecadação municipal, que será consequência de um ciclo de grande crescimento econômico que virá com a aprovação da reforma previdenciária.

Os Municípios devem apoiar a reforma previdenciária com toda sua energia, visto que nenhuma outra medida terá impacto tão grande e imediato.

Nancy Abadia de Andrade Ramos, economista, com especialização em gestão atuarial e financeira, atua em previdência dos regimes geral e próprio desde 1986. Atuou no Ministério da Previdência Social durante mais de 10 anos, no Departamento de Regimes Públicos de Previdência Social, com atividades voltadas a fortalecimento, consolidação, desenvolvimento e qualificação dos Regimes de Previdência dos servidores públicos dos Entes federativos.

calização e de investimentos dos ativos garantidores dos RPPS similar às dos fundos de previdência complementar fechados; e criação de um órgão colegiado com participação de representantes dos Estados e dos

Institucional

Conselho Político define prioridades da *Marcha*

Países do mundo todo estão buscando fortalecer a administração local para atender, de maneira mais efetiva, às necessidades da população. Ao abrir a primeira reunião de 2019 do Conselho Político da CNM, o presidente Gladmir Aroldi falou da tendência, deixando claro aos representantes das 27 entidades estaduais que, reunidos ali, eles avancem com o mesmo objetivo. O encontro ocorre regularmente na sede, em Brasília, para definir as demandas prioritárias dos gestores locais e os próximos passos da articulação com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário federal. E, nesta primeira reunião, os gestores definiram também as prioridades da **XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**.

Marcada para um dia antes do Encontro com os Parlamentares (*mais informações nas páginas 10 e 11*), a reunião serviu para convocar as lideranças para a Marcha, que neste ano será de 8 a 11 de abril. Para incentivar a mobilização dos Estados, foi apresentado para o Conselho Político o *ranking* de inscritos por UF. “Vamos colocar mais de oito mil gestores na *Marcha* para compreender o discurso ‘mais Brasil, menos Brasília’ e sensibilizar o governo federal para a força do municipalismo”, adiantou Aroldi.

Entre as prioridades a tratar com governo e parlamentares, as lideranças concordaram em dividir os temas em transitórios, aqueles importantes para o gestor no exercício do manda-



Ag. CNM

to e que vão ajudar a fechar as contas; e a estruturante, que vai efetivamente mudar a relação federativa. A nova previdência e a regulamentação do pacto federativo tiveram pontos detalhados, e os pleitos em comum com governadores e que aguardam decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), como os *royalties*, foram lembrados. Os presidentes das estaduais destacaram, em suas falas, as demandas regionais referentes aos Agentes Comunitários de Saúde, Programa Mais Médicos, crise financeira nos Estados – caso de Minas Gerais e Roraima –, e crise migratória dos venezuelanos.

“A política pública não chega à população

sem passar pelos Municípios e sem a administração municipal. Então a gente precisa do governo federal, mas o governo federal precisa da gente”, acredita o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota. “Temos as diferenças regionais, então se não fizermos uma luta organizada, interesses corporativos acabam se sobressaindo. Precisamos sim opinar sobre todas as políticas destinadas aos Municípios”, concluiu. Apesar das diferentes realidades, as lideranças estaduais veem no Conselho Político a oportunidade de alcançar um consenso. O peso das decisões reflete em avanços e conquistas para os 5.568 Municípios.



Ag. CNM

 Pauta prioritária

Pauta transitória e estruturante para desenvolver o país

A divisão dos pleitos prioritários dos Municípios a serem tratados com o Congresso Nacional e o Executivo Federal em pauta transitória e estruturante foi tema central da reunião do Conselho Político. Como o presidente da CNM, Glademir Aroldi, explicou aos representantes das 27 entidades estaduais, as demandas transitórias são aquelas que garantem um alívio aos cofres municipais e vão permitir o encerramento do mandato, a exemplo do 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para setembro e a redistribuição do Imposto Sobre Serviços (ISS). Ambos já tramitam no Legislativo e aguardam aprovação em comissão especial e no plenário da Câmara, respectivamente.

“A pauta estruturante, por outro lado, é aquela importante para o Brasil, a União, os Entes intermediários e locais, que vai promover o desenvolvimento a médio e longo prazo. Dessas, a primeira a ser analisada é a nova previdência. Se não enfrentarmos essa situação, estaremos transferindo o problema para futuras gerações, que terão que pagar a conta”, alertou Aroldi. Desde o primeiro convite do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, à entidade municipalista para participar das discussões do governo, a CNM tem se reunido com ministros e secretários para entregar a lista de prioridades em cada pasta.

As propostas estão classificadas ainda de acordo com o local de tramitação, o prazo de implantação e a presença/ausência de custo. Para algumas, há expectativa dos gestores de que sejam aprovadas ou implementadas nos primeiros 100 dias de governo, ou seja, até a **XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**. “Com a nova previdência, podemos melhorar o equilíbrio atuarial dos regimes próprios municipais, reduzindo até 30% do recolhimento por parte da prefeitura para o fundo. A intenção é diminuir alíquota do atual e do passivo”, comenta Aroldi. Quanto à reforma tributária, outro tema que irá demandar articulação do movimento com parlamentares e membros do governo, o presidente acredita que, “se for adequada e justa, vamos criar condição para investidores internos e internacionais investirem no país, o que aumenta o PIB e a arrecadação”.



A PAUTA PRIRITÁRIA NO CONGRESSO

» Estruturantes:

- nova previdência;
- novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) permanente;
- novas regras de licitações, definidas no PL 6.814/2017;
- reforma tributária;
- novas regras para consórcios, nos PLs 2.542/2015 e 2.543/2015;
- teto dos gastos públicos federais (alterações na EC 95/2016);
- MP 868/2018, do Saneamento.

» Transitórias:

- 1% FPM de setembro, criado na PEC 391/2017;
- regulamentação da Lei Kandir pelo PLP 511/2018;
- Conselho de Gestão Fiscal, cuja representatividade municipal está garantida no PL 3.744/2000;
- avaliação dos servidores descrita no PLS 116/2017;
- cessão onerosa e PLC 78/2018;
- PLP 461/2017, do Imposto Sobre Serviço (ISS) e obrigações acessórias;
- atualização dos programas federais segundo critérios da PEC 66/2015.

A PAUTA PRIORITÁRIA NO EXECUTIVO

- Plataforma + Brasil
- Precatórios – Linha de crédito
- Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)
- Atualização de Programas Federais
- Financiamento do SUAS
- Cadastro Único Cidadão
- Encontro de Contas da Previdência
- Energias renováveis

Evento

A Marcha não para, confira a programação

Tempo é hoje uma das coisas mais valiosas que existe. Pensando nisso, a 22ª edição da **Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** não vai parar. Entre os dias 8 e 11 de abril, os gestores locais que estiverem na capital federal para o evento terão uma extensa agenda de atividades.

A CNM está preparando diversas experiências com o escopo de fomentar ainda mais a qualidade da administração municipal.

Das 8h às 19h, durante o tempo em que os participantes estiverem no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), a programação

não será interrompida, permitindo, assim, que eles tenham várias opções de palestras e debates para acompanhar. A programação está dividida em: principal e paralela. Para facilitar, divulgamos a agenda preliminar a fim de que os gestores possam conhecer e se organizar no evento.

Programação Principal preliminar

08
Abril/2019
Segunda-feira

14h	Credenciamento Abertura da XI Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias Abertura do Atendimento técnico-institucional Lançamento do Museu Municipalista Abertura do Espaço Exclusivo
------------	---

09
Abril/2019
Terça-feira

8h	Sessão solene de abertura
11h	Unidos pelo Brasil
12h	Temas Municipalistas 12h: Bloco Internacional 13h: Bloco IBGE
14h	Compromissos + Brasil 14h: Ministério da Economia 16h45: Ministério da Saúde 15h45: Ministério da Educação 17h45: Ministério da Cidadania 18h15: Ministério da Agricultura

10
Abril/2019
Quarta-feira

8h	Observatório Político
8h	Congresso Nacional
11h30	MMM – O Poder da Mulher na Política
12h30	Temas Municipalistas 12h30: Programa + Brasil 13h: Êxitos
13h30	Fórum Municipalista de Consórcios
14h	Compromissos + Brasil Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério do Meio Ambiente
15h15	Lançamento da XIII Cúpula Hemisférica de Prefeitos e Governos Locais
15h30	Fórum de Governadores
16h30	Justiça, Transparência e Probidade
17h30	Assembleia Geral

11
Abril/2019
Quinta-feira

8h	Palavra Municipalista
9h	Fórum de Vereadores
10h	Fórum Nacional de Controle e a integração com a gestão local
11h	Resultados das Arenas Temáticas
12h	Leitura da Carta da XXII Marcha

Liderança feminina e coletânea

Entre as novidades deste ano, estão: a plenária sobre a participação das mulheres na política no palco principal e o lançamento da coletânea com orientações das 16 áreas técnicas da CNM (*saiba mais na página 16*). O painel, que é uma homenagem ao Movimento Mulheres Municipalistas (MMM), deve ocorrer dia 10 de abril às 11h30, com a participação de membros do Movimento e lideranças políticas femininas. Além disso, o museu municipalista vai relembrar os 90 anos de liderança da mulher na política, já que, em 2018, foram comemoradas nove décadas da primeira mulher prefeita no Brasil.

Arenas paralelas

Já é tradição. Além das temáticas do palco principal, a **XXII Marcha** traz importantes debates nas arenas paralelas. Na programação, geralmente, os temas que são mais técnicos atraem gestores municipais e lotam as duas salas de evento. No primeiro dia de evento, 8 de abril, os interessados poderão conferir, por exemplo, o **IV Encontro Nacional de Agentes Municipalistas**, em uma sala, e o **Encontro Movimento Mulheres Municipalistas**, em outra. Os dois têm início às 14 horas. Com início também às 14 horas, o segundo dia traz como tema Internacional e Inovação Municipal, na primeira sala, e Questões jurídicas da Administração Pública Municipal, na segunda sala.

No terceiro dia, a programação acontece em dois horários diferentes: às 8 horas da manhã e às 14 horas. Pela manhã, a pauta será a Transferências Federais e Governança, além de ações integradas para o desenvolvimento territorial. Já na parte da tarde, os temas serão: Alternativas para o desenvolvimento econômico nos Municípios, em uma sala, e A gestão municipal das políticas sociais no novo governo, na outra. Para o último dia de Marcha, a CNM programou para as 8 horas o Encontros Regionais e Experiências e Alternativas.



Convide seu vizinho para a Marcha

A **Marcha** já se confirmou como o maior evento em número de autoridades do mundo. E, para continuar com essa marca, a CNM precisa da ajuda de todos os gestores locais. Se você já realizou a sua inscrição e vai somar forças ao movimento municipalista, convide os Municípios vizinhos ao seu para estarem na **Marcha** também.

A CNM fez um levantamento e enviou uma mensagem de texto para todos os prefeitos com a relação dos Municípios vizinhos que ainda não fizeram inscrição para o encontro. Então, se você recebeu esse comunicado, some forças e convoque os gestores para que juntos possamos construir uma pauta na defesa dos cidadãos brasileiros.

Programação Paralela preliminar

8 de abril (segunda-feira)

	MEZANINO	SALA 1	SALA 2
15h	IV Encontro Nacional de Agentes Municipalistas	Espaço para expositores	Encontro Movimento Mulheres Municipalistas

9 de abril (terça-feira)

	SALA 1	SALA 2
14h	Internacional e Inovação Municipal	Questões jurídicas da Administração Pública Municipal

10 de abril (quarta-feira)

	SALA 1	SALA 2
9h	Transferências Federais e Governança	Ações integradas para o desenvolvimento territorial
14h	Alternativas para o desenvolvimento econômico nos Municípios	A gestão municipal das políticas sociais no novo governo

11 de abril (quinta-feira)

	SALA 1	SALA 2
8h	Encontros Regionais	Experiências e Alternativas

Frente Parlamentar em recebe 186 assina

A sede do municipalismo promoveu, em 13 de fevereiro, o maior **Encontro de Parlamentares** fora do Congresso Nacional. Mais de 180 deputados e senadores eleitos receberam as boas-vindas e conheceram a pauta prioritária da gestão local. Participaram lideranças municipais de todos os Estados, entre eles os presidentes das entidades estaduais, a quem o presidente da CNM agradeceu o engajamento.

Glademir Aroldi explicou a divisão da pauta prioritária em estruturante e transitória, reforçou a urgência de alguns pleitos, como a Nova Previdência, e convocou os presentes a apoiarem a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios – para a qual são necessárias pelo menos 198 assinaturas. Para se ter uma ideia, apenas durante o evento, a CNM conseguiu 186 adesões. “Estamos apostando em uma frente parlamentar muito forte, porque esses grupos temáticos estão sendo mais valorizados pelo atual governo que as bancadas por partidos, por exemplo”, ressaltou o líder municipalista.

Ao frisar que a administração municipal é responsável por aproximadamente 70% dos serviços prestados à população, ele chamou os parlamentares para firmarem um compromisso com a sociedade de construir um Brasil melhor. “Espero que possamos unidos enfrentar o que precisa. Contamos com cada um de vocês e vocês podem contar conosco também”, garantiu, colocando a equipe técnica da CNM, com os dados e informações sobre os 5.568 Municípios brasileiros, à disposição dos representantes.



Observatório Político

Aroldi aproveitou para divulgar o *site do Observatório Político*, cuja ferramenta exclusiva de monitoramento das proposições que impactam as políticas públicas e a gestão municipal permite um *ranking* dos membros do Legislativo segundo uma metodologia e critérios quantitativos. “Acompanhamos as votações de cada deputado e senador no que diz respeito à pauta municipalista, não para punir quem vota contra, mas para reconhecer quem defende e atua com o movimento”, justificou o presidente da CNM.

Vale destacar que com a posse dos novos parlamentares a CNM zerou as informações do *ranking* do *Observatório Político*. A ferramenta seleciona temas que levam em consideração o impacto sobre os Municípios e as relações federativas por ocasião da apreciação no Congresso Nacional. São, portanto, projetos que tratam de políticas públicas, tanto de caráter re-



gulatório quanto redistributivo, que afetam direitos e interesses dos gestores municipais e, naturalmente, dos municípios.

A CNM ressalta que os resultados apresentados por meio do *Observatório Político* não estão relacionados à idoneidade, ao caráter ou à competência técnica dos parlamentares, mas se limitam a avaliar a votação dos parlamentares relacionada, única e exclusivamente, às proposições em tramitação de alta relevância para os Municípios.

Com a maior renovação da história do Senado (85%) e a mudança mais significativa na Câmara (44%) desde a eleição da Assembleia Constituinte, em 1986, abrir a porta da casa dos Municípios para os recém-empossados significa construir a base de uma boa relação com o Poder responsável por criar e alterar as leis.

Accesse o site do *Observatório Político* em www.politico.cnm.org.br

Evento Nacional

Defesa dos Municípios Naturais na CNM



Ag. CNM

Conheça a atuação da CNM no Legislativo

Entre os materiais entregues aos parlamentares estava a cartilha preparada especialmente para os representantes da legislatura 2019-2022. Nela, estão citados: a estrutura da CNM; a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e outros eventos técnicos, políticos e institucionais; o Observatório Político; os dados, as informações e os projetos da Confederação; e os meios de comunicação com os gestores e os parlamentares para articulação da pauta.

A publicação também mostra co-

mo ser um parlamentar destaque. A publicação explica que a atuação é avaliada pelos parâmetros de votações de proposições de alta relevância para os Municípios e pelas ações realizadas pelo parlamentar que impactem, de forma positiva ou negativa, o andamento ou o resultado das votações. A pontuação final é calculada pela soma dos pontos de votações com os pontos extras obtidos em ações. Os dados são extraídos do portal do Congresso Nacional e dos sites da Câmara e do Senado.



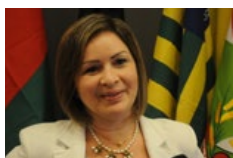


Entidades estaduais renovam diretorias

O primeiro trimestre de 2019 do calendário municipalista foi marcado pela escolha dos novos representantes das entidades estaduais de todo o país. As eleições para definição de presidentes e integrantes da diretoria ocorreram em 12 das 27 instituições que contribuem significativamente para o fortalecimento do movimento municipalista brasileiro.

Os presidentes eleitos e reeleitos das estaduais elencaram os desafios do municipalismo em seus respectivos Estados e destacaram as ações que pretendem adotar para a melhoria da administração municipal. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, marcou presença em algumas posses para parabenizar os eleitos e reiterar a importância de somar esforços para o avanço das demandas das cidades brasileiras.

ELEITOS



“O bom trabalho precisa e terá continuidade. Compartilho esse desafio e esse cargo com toda a equipe da Prefeitura de Rio Branco. Todos nós temos obrigação de apoiar o desenvolvimento de todos os Municípios do Acre.” **Socorro Neri**, presidente Associação dos Municípios do Acre (Amac).



“A Aprece tem que abraçar causas importantes, como a insuficiência do Fundeb para a Educação dos Municípios, o subfinanciamento da Saúde e de praticamente todos os programas nacionais, que são subfinanciados.” **Nilson Diniz**, presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece).



“Nós vamos ficar mais perto dos nossos gestores, independentemente de onde estiverem. Vamos ter uma atenção especial com o interior.” **George Coelho**, presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup).



“Precisamos trabalhar juntos e construir a Santa Catarina que nós sonhamos junto com a energia de 295 Municípios do Estado. Vamos fazer dessa uma grande federação.” **Joares Ponticelli**, presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

REELEITOS



“A AMA é reconhecida nacionalmente por conta da força e da união que tem. Juntos, eu e Pauline [vice-presidente], continuaremos trabalhando e avançando nas pautas municipalistas.”

Hugo Wanderley, presidente da Associação Municípios Alagoanos (AMA).



“Os próximos dois anos serão de muitos desafios, com destaque para as finanças municipais. É muito importante a aprovação de projetos que garantam o reforço financeiro dos Municípios, como o projeto de lei que amplia a compensação pelas perdas ocasionadas pela Lei Kandir.”

Neurilan Fraga, presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).



“Somos uma associação que trabalha em benefício do povo pernambucano. A pauta é fortalecer os Municípios.”

José Patriota, presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe).



“O importante é fazer com que o prefeito tenha suporte na APPM. E juntos vamos torná-la muito mais forte.”

Jonas Moura, presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM).



“É muito importante mudar o pacto federativo de modo que os Municípios brasileiros tenham mais participação no bolo tributário. E a Assomasul tem aconselhado os prefeitos a não assinarem programas sociais se não houver fonte de recursos garantida.”

Pedro Caravina, presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul).



“É hora de continuarmos nossa luta. E afirmo: temos muita coisa pela frente nas áreas federal e estadual e atuando junto à CNM.”

José Leonardo Cassimiro, presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn).



“Buscamos estabelecer uma relação de proximidade com os representantes em Brasília, tanto no Legislativo, como no Judiciário, de forma que o Municipalismo a cada dia ganhe mais força.”

Haroldo Naves, presidente da Federação Goiana de Municípios.



“Vamos buscar mais recursos para os Municípios e descentralizar o bolo tributário concentrado na União.”

Eures Ribeiro, presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB).

Institucional

Ministérios abrem as portas para o movimento municipalista

Mais autonomia aos Municípios, principalmente financeira, é uma defesa constante da CNM, que tem sido estruturada por meio do diálogo com atores importantes do novo governo. Neste início de ano, diversos ministros e secretários abriram as portas para a principal representatividade municipalista do país. Crucial para o trabalho da CNM, a pauta prioritária do movimento foi ouvida pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão; pelos ministros da Casa Civil, Secretaria de Governo (Segov), Economia, Educação, Cidadania, Meio Ambiente; e pelos secretários de Agricultura e Previdência e Trabalho.

Confira um breve resumo desses encontros:

Vice-presidente



Em reunião com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, Aroldi entregou o convite para a 22ª edição da *Marcha* e teve a sinalização de que o governo deverá estar em peso no maior encontro de autoridades políticas da América Latina.

Casa Civil e Segov



Em mais de um encontro com o presidente da CNM – uma das reuniões contou inclusive com a participação das lideranças das entidades estaduais –, os ministros Onyx Lorenzoni e General Santos Cruz reconheceram a importância do marco de 100 dias de gestão na *Marcha*. Segundo os representantes da pasta, o governo deverá aproveitar a ocasião para fazer um balanço dos primeiros meses.



Fotos: Ag. CNM

Economia e Cidadania



Lideranças do movimento estiveram com os ministros Paulo Guedes e Osmar Terra para tratar do pacto federativo e das reformas. Após relembrar histórico brasileiro da política fiscal e econômica, Guedes defendeu a descentralização dos recursos e autonomia dos Municípios. "Quando se tem um sistema político fechado, é natural que haja concentração de recursos, poderes e atribuições no governo central. Mas uma Federação é construída de baixo pra cima, com a maior parte do dinheiro com a administração municipal, uma parte com governadores e o restante com a União. O desafio é construir um Estado federativo de fato", ponderou.

Meio Ambiente



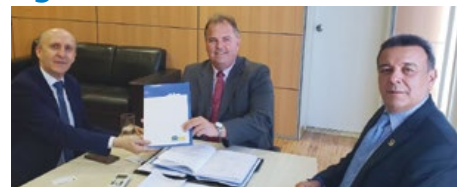
Em audiência com o ministro Ricardo Salles, Aroldi destacou as principais dificuldades no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). "O que preocupa é o prazo que se esgotou. Prefeitos estão sendo multados por não terem cumprido as datas, e essas multas chegam a mais de R\$ 100 mil. Por outro lado, metade dos Estados e a União não têm plano. Por que penalizar só os Municípios?", questionou.

Educação



Junto ao ministro da Educação, Ricardo Vélez, Aroldi reforçou pautas como a alteração do critério de reajuste anual do piso nacional do magistério; a transformação do Fundeb em mecanismo permanente para financiamento da educação básica; a definição em lei de reajustes anuais para os valores das políticas nacionais de Alimentação Escolar (Pnae) e de Transporte Escolar (Pnate). Também figuram entre as prioridades: a regulação por lei complementar das normas de cooperação da oferta da educação, com aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Educação; soluções para as obras inacabadas e paralisadas do ProInfância e mais recursos federais para manutenção das creches por meio do Programa Brasil Carinhoso.

Agricultura e Previdência



As principais demandas dos gestores municipais em relação ao sistema previdenciário e ao desenvolvimento rural foram tema de reuniões com os secretários de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e com o secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo, Fernando Schwanke. Na primeira, a CNM apresentou os pleitos para a Nova Previdência, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Encontro de Contas. Com Schwanke, Aroldi apresentou oito ações e políticas públicas relacionadas a área.

Projeto

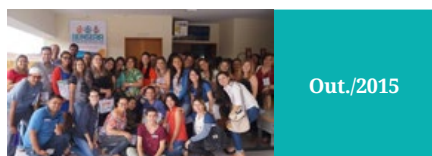
Reinserir completa 4 anos de atuação

Foi no ano de 2015 que o Projeto Reinserir começou a trilhar a sua história na 4ª Região Geoadministrativa da Paraíba. Após quatro anos de execução, ficou um legado de grandes aprendizados e importantes resultados. Iniciativa pioneira no país, o Projeto realizou cerca de 80 atividades, entre elas, seminários, fóruns, oficinas de capacitação e Audiências Públicas.

Nesse período, o projeto conectou 13 Municípios paraibanos: Baraúna; Barra de Santa Rosa; Cubati; Cuité; Damião; Frei Martinho; Nova Floresta; Nova Palmeira; Pedra Lavrada; Pícuí; São Vicente do Seridó e Sossego e Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte, com o objetivo de fomentar o trabalho em rede para gerar oportunidades de reinserção social de usuários de drogas.

Quer implementar o Reinserir no seu Município? Entre em contato pelo e-mail projeto.reinserir@cnm.org.br

Confira os principais marcos dessa caminhada:



Out./2015

1ª Oficina para Capacitação em Monitoramento e Avaliação



Nov./2015

Lançamento do Guia Metodológico do Projeto



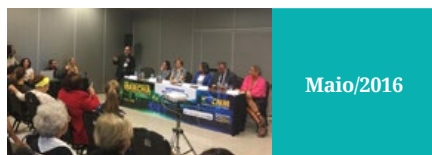
Dez./2015

Oficina de Mapeamento e Fomento ao Trabalho em Rede



Jan./2016

Reunião nos Municípios para construção da Linha de Base do Projeto



Maio/2016

Reinserir apresentado no Encontro de Mulheres Líderes na XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios



Set./2016

Reinserir entrega Diagnósticos Municipais que mapeiam o perfil de cada cidade em relação ao consumo e à circulação de drogas lícitas e ilícitas



Jan./2017

Reinserir lança cartilha sobre questões sociais na prevenção ao uso de drogas



Fev./2017

Prefeitos eleitos no Curimatáu e Seridó paraibano repactuam apoio ao Reinserir



Mar./2017

Reinserir realiza Seminário para capacitar novos grupos de trabalho



Jun./2017

Prefeitos do Reinserir recebem estudo inédito com Leis e Programas para a reinserção social de usuários de drogas



Jul./2017

Projeto Reinserir é destaque em matéria do Portal de Notícias G1



Ago./2017

Reinserir foi apresentado no II Congresso Internacional de Prevenção dos Problemas relacionados ao Uso de Drogas



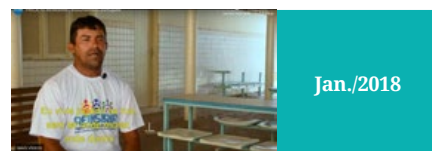
Set./2017

Reinserir começa campanha Reinserir para Transformar, para incentivar reinserção social na Paraíba e no Rio Grande do Norte



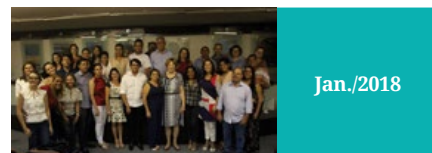
Dez./2017

Municípios do Reinserir, como Cuité/PB e Sossego/PB, aprovam leis de incentivo à reinserção de usuários de drogas em tratamento



Jan./2018

Seminário em João Pessoa detalha resultados do Projeto durante os 3 anos de parceria com a União Europeia



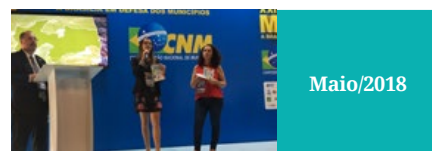
Jan./2018

Documentário narra a trajetória e os resultados do Projeto



Fev./2018

Resultados do Projeto Reinserir repercutem na mídia



Maio/2018

Reinserir lança Guia de Reaplicação do Projeto na XXI Marcha



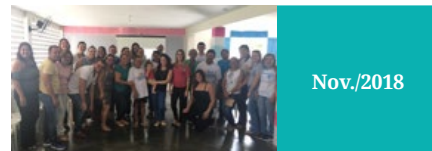
Jun./2018

Reinserir é apresentado em Congresso Mineiro de Municípios



Jun./2018

Oficina sobre saúde mental e dependência química em Cuité/PB.



Nov./2018

Oficina sobre Reinserção Social e o atendimento ao dependente químico no âmbito da urgência e da emergência, em Carnaúba dos Dantas/RN.

Na mídia

Marcha é destaque na mídia

A XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios tem sido destaque em jornais de todo o país. Entre os veículos de comunicação estão os jornais Diário da Manhã (GO), Folha de Pernambuco (PE), O Sul (RS) e Jornal de Notícias de Montes Claros (MG). Como ponto alto, os veículos citam a confirmação da presença do Executivo no evento – com ênfase para a participação dos ministros – que marcará os 100 primeiros dias do governo de Jair Bolsonaro.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, concedeu entrevista à TV Record do Pará e falou sobre

bre a pauta municipalista para o evento, que tem como objetivo fortalecer a gestão local, prestando um melhor serviço para a sociedade. A reportagem citou ainda o Encontro com Parlamentares como preparatório para o maior evento municipalista que acontece em abril.

Em entrevista ao jornal DCI de São Paulo, Aroldi defendeu a criação de um novo pacto federativo, que distribua os recursos tributários de fora mais justa entre União, Estados e Municípios.

O encontro do presidente da CNM com o ministro da Economia, Paulo Guedes, ganhou reper-

cussão em diversos jornais nacionais. Entre eles, Agência Brasil e Valor Econômico. Na oportunidade, Aroldi lembrou que a aprovação da Nova da Previdência é essencial para que os Municípios fechem as contas.

Ao Fantástico, da TV Globo, Aroldi falou sobre a criação de novos Municípios. “Há regiões em que existe a necessidade de criação de novos Municípios. Um exemplo disso são as regiões Centro-Oeste e Norte do país, onde nós temos distritos a 500 km de distância da sede dos Municípios”, reforçou o presidente.

contendo atos de concessão de aposentadoria a ex-senadores, incluindo: José Agripino, José Pimentel, Armando, entre outros. APOIO > "A Confederação Nacional dos Municípios vai defender a Reforma da Previdência. Nós entendemos que a reforma é decisiva para o Brasil. A União, os estados e municípios precisam disso. Isso vai criar clima bom para novos investimentos". A fala é do presidente da CNM, Glademir Aroldi, que esteve, ontem, na primeira Assembleia de 2019 da Amupe. 100 DIAS > A CNM antecipou a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios para que o evento coincida com os 100 primeiros dias do governo Jair Bolsonaro. Será de 8 a 11 de abril. Bolsonaro já confirmou presença com os ministros, segundo Glademir Aroldi. STATES > Chefe da assessoria especial do governador Paulo Câmara, Antônio Furtado, consultou o Diário Oficial, a Prefeitura

Valor 12/03/2019 - 21:15 Confederação de municípios diz apoiar reforma da Previdência Por Fábio Pappo BRASILIA - O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi, afirmou nesta terça-feira (12) que conversou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a proposta de entre subsídios receberem mais recursos da União e que receberão o pedágio de apoio à reforma da Previdência. A reunião ocorreu na tarde desta terça, na sede do Ministério da Economia, em Brasília, e teve participação de Osmar Terra, ministro da Cidadania, além de outros representantes do Ministério da Economia e da CNM. Ao sair, Aroldi disse a jornalistas que a discussão dos dois a respeito do "pacto federativo" incluiu o recebimento de mais recursos pelos entes municipais. Segundo ele, Guedes teria dito ser possível elevar a participação dos municípios no recebimento de verbas a até 60% da arrecadação tributária total (considerando o arrecadado por União e entes subnacionais). "Isso é uma vontade do ministro. Os países desenvolvidos trabalham o desenvolvimento da gestão local", disse. Segundo ele, o percentual hoje é de 19%.

AMM convoca prefeitos para Marcha a Brasília Faltam 70 dias para a XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e Minas Gerais já é o estado com mais inscrições até o momento. A posição do estado na 1ª vice-presidência da Confederação Nacional de Municípios (CNM), encabezada pelo presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Moema, Ju-

Glademir Aroldi, O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) conta que os gestores lutarão por atualização dos programas federais e por maior participação no bolo tributário 'Prefeituras estão sobrecarregadas com distribuição desigual de recursos' Paulo Guedes, ministro da Economia, Paulo Guedes, teve dito que a Brasil precisa viver a sua primeira tributária que se encontra hoje, de "valdeia de para baixo". Como poder fazer isso? O ministro que o governo federal está de fora, com uma comissão. Precisamos aumentar a participação dos municípios no bolo tributário. Isso pode ser feito através de uma comissão. Agora, não dá para esperar a comissão. O governo federal precisa fazer isso. O que deve ser feito nos próximos meses para que as prefeituras sejam atualizadas.

GLADEMIR AROLDI presidente da Confederação Nacional dos Municípios

CADERNO COLUMNISTAS 22ª MARCHA DOS PREFEITOS MARCARÁ 100 DIAS DO NOVO GOVERNO O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o gaúcho Glademir Aroldi, vem mobilizando prefeitos de todo o País para a 2ª edição da Marcha dos Prefeitos. A data escolhida para o encontro em Brasília, de 8 a 11 de abril, tem um propósito: permitir um encontro de prefeitos, vereadores e gestores municipais com o novo governo federal e Congresso Nacional antes para o período. Por isso, explica Aroldi, ela foi agendada para coincidir com os 100 dias de vigência dessa nova gestão. Para permitir ao governo já ter tomado conhecimento de nossas pautas e se preparar para anunciar os rumos da administração de forma que possamos conectar as políticas públicas municipais com as novas diretrizes federais. Toyota antecipa interesse em Guaxiná Uma boa notícia: a Toyota do Brasil abriu negociação com o governo gaúcho para renovar o acordo que viabiliza o centro de operações de Guaxiná. Este acordo estava inicialmente previsto para março, mas o diretor de Relações Públicas e Governamentais da empresa, Thiago Sugihara abriu a negociação ontem com o secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Márcio Machado.

RAI DO PARÁ REÚNE EM BRASÍLIA

Associação de prefeitos: municípios apoiarão reforma da Previdência Presidente da CNM reuniu-se com Paulo Guedes Publicado em 12/03/2019 - 21:52 Por Welton Máximo - Repórter da Agência Brasil Brasília A aprovação da reforma da Previdência é essencial para que os municípios fechem as contas. disse hoje (12) o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi. Ele reuniu-se por cerca de duas horas com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Cidadania, Osmar Terra, para expor a situação das prefeituras e discutir o pacto federativo. "A reforma da Previdência é necessária para manter os municípios de pé. A expectativa de vida aumentou no país. O país não suporta mais isso. A nova Previdência é importante para a União, os estados e os municípios. E ainda mais importante para a população brasileira", disse Aroldi. Ex-prefeito do município gaúcho de Saldanha Marinho, Aroldi disse não ter recebido detalhes de Guedes sobre a versão da proposta a ser enviada ao presidente Jair Bolsonaro. Apenas disse

Coletânea da gestão municipal lançada na Marcha reúne conhecimento técnico

Em seus 39 anos, a CNM participou da história política do Brasil e contribuiu para o aprimoramento da gestão local. Entre suas conquistas, uma se destaca por transformar conhecimento em boas práticas, melhorando a rotina de gestores e da população. Em 2019, a Confederação comemorou o lançamento de mais de 1.000 publicações sobre administração municipal e, para celebrar, será divulgada, durante a **XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**, coletânea das 16 áreas técnicas. São elas: Consórcios, Internacional, Finanças, Turismo, Previdência, Contabilidade, Assistência Social, Cultura, Educação, Saúde, Defesa Civil, Desenvolvimento Rural, Habitação e Planejamento Territorial, Meio Ambiente, Saneamento, Trânsito e Mobilidade.

O objetivo é esclarecer temas atuais que são de interesse e geram questionamentos por parte dos gestores. Ao formar um repositório de conteúdo inédito e altamente qualificado, a equipe da CNM atende a compromisso com o seu público-alvo em suas frentes de atuação (institucio-

nal, política e técnica). As publicações estarão disponíveis na Biblioteca da CNM, que já conta com mais de 2 milhões de *downloads* desde março de 2014, quando começaram a ser contabilizados os acessos.

Tradicionalmente, a *Marcha* é o palco para novos lançamentos, como revistas, cartilhas, *folders* e *e-book*. Em 2019, a divulgação das coletâneas deve ganhar espaço na programação paralela do evento. Além de ter o conteúdo em primeira mão, os participantes poderão tirar dúvidas nos estandes setoriais e interagir com os panoramas do seu Município. Assim como no balanço que já está disponível no Conteúdo Exclusivo do contribuinte, ele conseguirá acessar os dados e as informações com indicadores da sua cidade, separados por área da gestão local.



Ilustração artística

Na segunda metade do mandato, são grandes os desafios para produzir ações públicas que conduzam ao desenvolvimento econômico, social, territorial. Por essa razão, o conteúdo elaborado pelos técnicos e consultores abordam temas que apoiarão nessa condução.



Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte. Presidente: Glademir Aroldi • Diretor executivo: Gustavo Cezário • Jornalista responsável: Viviane Cruz • Reportagens: Allan Oliveira, Amanda Maia, Livia Villela, Luiz Leite, Mabilia Souza, Raquel Montalvão, Viviane Cruz. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM • Fotos: Jefferson Viana/Ag. CNM • Revisão: Keila Mariana de A. O. Pacheco • Design: Themaz Comunicação • Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008 • E-mail: atendimento@cnm.org.br